

A teologia neoliberal e o conservadorismo evangélico: uma análise sobre a discussão do aborto e da condição da criança sem dignidade¹

Neoliberal theology and evangelical conservatism: an analysis of the discussion on abortion and the condition of the child without dignity

Kerlington Pimentel de Freitas²

Resumo: O que assuntos tão distintos tem haver com a economia e a religião? Esta pergunta vai permear o presente apontamento, em apertada síntese, ligando o Neoliberalismo ao grupo conservador evangélico, procurando entender a lógica de seus posicionamentos e como estes grupos pensam e tratam o tema da criança pobre. Tema este que está ligado, como também o aborto, à discussão da sacralidade da vida. É mister perscrutar e investigar as diferenças de posicionamentos quando se trata de temas diferentes, utilizando-se o conceito fundamental congruente e similar, a defesa da vida, mais especificamente da vida do necessitado. Iniciamos um pequena digressão histórica sobre a evolução do Neoliberalismo e apontando suas convergências com os padrões dos conservadores

Artigo recebido em: 01 abril 2019

Aprovado em: 25 ago. 2019

¹O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001;

²Bacharel em Ciências Policiais e Ordem Pública, na Polícia Militar do Espírito Santo e em Direito na Universidade de Vila Velha-ES. Especialista em Direito Público pela Faculdade de Direito de Vitória-FDV, Escola de Ensino Superior do Ministério Público/ES. MBA em Gestão Executiva no Insper / Harvard Business School. Atualmente é Advogado-Sócio no escritório Pimentel de Freitas Advogados, Docente da Pós-Graduação em Segurança de Voo e Direito Aeronáutico da Universidade Anhembi-Morumbi – SP, Mestrando em Ciências da Religião – UMESP, Doutorando em Direito e Ciências Sociais – Universidade Nacional de Córdoba/AR. Email: kerlington@gmail.com

evangélicos, para, ao fim, analisarmos o discurso da sacralidade da vida por estes grupos na discussão do aborto e da proteção da criança pobre.

Palavras-Chave: Aborto; Conservadores Evangélicos; Criança Pobre; Economia;

Abstract: What is so different about the economy and religion? This question will permeate this point, in a tight synthesis, linking Neoliberalism to the evangelical conservative group, trying to understand the logic of their positions and how these groups think and treat the theme of the poor child. This theme is linked, as well as abortion, to the discussion of the sacredness of life. It is necessary to investigate and investigate the differences of positions when it comes to different themes, using the congruent and similar fundamental concept, the defense of life, more specifically the life of the needy. We began a brief historical tour on the evolution of Neoliberalism and pointing out its convergences with the standards of evangelical conservatives, in order to analyze the discourse of the sacredness of life by these groups in the discussion of abortion and the protection of the poor child.

Keywords: Abortion; Evangelical Conservatives; Poor child; Economy

Introdução

Desde a inauguração da chamada Guerra ao Terror em 2001, mas especialmente desde deflagração da crise financeira global de 2008, muito tem sido dito sobre o “retorno do estado”. Primeiro, essa noção tem ligação com a crescente onipresença dos temas de segurança depois de 2001, e mais tarde ela foi invocada nas análises das falências massivas de instituições financeiras. Mas enquanto é claro que as atividades do estado se tornaram visíveis depois da virada do século, conclusões enganosas foram elaboradas sobre o que isso significa nas sociedades contemporâneas.

Mas, ‘o retorno do estado’ tem sido invocado para declarar a crise do neoliberalismo, com vários comentaristas discutindo que ele é uma ideologia enfraquecida, intelectualmente desacreditada pelos anos de crises e por uma grande quantidade de intervencionismo estatal “excepcional”. Esse argumento se tornou progressivamente generalizado nos últimos anos, com o crescimento do poder de alguns líderes e partidos abertamente hostis ao que são vistos como axiomas do neoliberalismo, como livre comércio global e livre mercado doméstico.

1. O neoliberalismo e o mercado livre

Muito tem se discutido, ainda mais hodiernamente, sobre a existência ou não de direito que são inerentes à pessoa “humana”, os ditos Direitos Humanos. Com a verificação de que o Estado não consegue ou não pode ser responsável nem sequer pelos itens básicos da vida em sociedade, nasce a ideia da meritocracia dentro do Neoliberalismo (Além do “lais se faire”) e o “mito” do Mercado Livre.

A noção de globalização certamente não se restringe a trocas comerciais, porém, tem nelas a sua raiz. Transações de bens e mercadorias através de longas distâncias ou mesmo entre o que hoje chamaríamos de países existem desde as épocas mais remotas da história. Tais transações podem ser identificadas pelas descobertas arqueológicas de artefatos que apontam o alto grau de comércio no mundo antigo, pelos exemplos de atividades comerciais e de leis para sua condução registradas nos livros do Velho Testamento e ainda pelas pragmáticas relações travadas entre o Império Romano e Grego e os negociantes a despeito do estigma, imposto pela Igreja, com que estes, como representantes da ideologia capitalista, eram vistos. Fundamental à aceleração e ampliação deste processo foi a ascensão da ética capitalista na sociedade ocidental, viabilizada, em grande parte, pela mudança na postura da Igreja quanto aos assuntos relacionados ao capital a partir do período medieval.

Na análise desta evolução, diferentes perspectivas são apresentadas por diferentes historiadores. Em comum, há a crença de que a ética capitalista encontrou nas mudanças dos valores e posições religiosas o seu ponto de partida. Sombart³, por exemplo, aponta o Judaísmo, em oposição ao Cristianismo e suas restrições contra o comércio e a acumulação de riquezas, como um elemento chave no desenvolvimento do capitalismo. Eells e Walton⁴ enfatizam o papel dos líderes da Reforma, Lutero e Calvino, na disseminação de uma visão que harmonizava a motivação para o lucro com a devoção religiosa. Weber⁵ salienta a mudança na ética

³ SOMBART, W. *The quintessence of capitalism*. London: T. Fischer Unwin, 1915.

⁴ DURKHEIM, E. *The division of labour in society*. London: Routledge & Kegan Paul, 1984. Eells, R.; Walton, C. *Conceptual foundations of business*. Homewood, Ill: Richard D. Irwin, Inc., 1961

⁵ WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1967

religiosa como o elemento fundamental na instauração de um clima ético e econômico propício ao desenvolvimento do capitalismo.

As trocas globais, hoje majoritariamente efetuadas entre transnacionais, remontam ao final do século XIX, tendo sido incrementadas após a Segunda Guerra Mundial, contexto em que a economia americana era a única a não apenas não ter sido devastada, mas, ao contrário, ter crescido. Neste período, um traço marcante da estratégia utilizada na expansão destas atividades entre países, principalmente no caso americano em direção à Europa, foi a utilização de investimento direto, caracterizado pelo envolvimento ativo na administração de investimentos estrangeiros, tipicamente através de uma empresa multinacional, em substituição à tradicional estratégia de carteira de investimentos estrangeiros que dá direito sobre lucros, mas não de participação administrativa.

Um corolário da estratégia de investimento direto é o forte impacto positivo e/ou negativo que a organização transnacional passa a exercer na vida política, econômica e social dos países hospedeiros, principalmente nas relações entre parceiros com alto grau de disparidade de poder econômico. O impacto que estas organizações têm ou podem ter na soberania dos estados-nações, bem como suas relações com os instrumentos ou aparatos internacionais constituem também pontos conflituivos.

É exatamente esta natureza política e ideológica que os autores associados à visão mais negativista e crítica da globalização buscam revelar. Bourdieu⁶, por exemplo, afirma que a globalização é um mito, um mito no sentido forte da palavra. É um poderoso discurso, uma “*idée force*”, com grande impacto social por seu poder de criar e sustentar crenças. Entrelaçada nela, está o neoliberalismo que, mais do que uma doutrina ou ideologia, um projeto político para a reconstrução da sociedade.

Em vários aspectos, a noção de mercado tem estado associada à história recente da civilização ocidental. Entretanto, foi ao longo das duas últimas décadas que este conceito e suas implicações práticas ganharam maior ímpeto, tornando-se, de fato, uma constante, tanto no cenário social, quanto no econômico; tanto na esfera nacional, quanto na global. De mera abstração econômica ou ícone político, como o mercado era primordialmente visto desde a época da segunda grande guerra, mais notoriamente no contexto ideológico da livre iniciativa, do individualismo e da resistência à autoridade dos Estados Unidos da América, o conceito de mercado

⁶ BOURDIEU. P. *Acts of resistance: against the new myths of our time*. Cambridge: Polity, 1999.

tornou-se essencial para a compreensão do mundo ocidental contemporâneo.

Mais do que o ato em si de transacionar mercadorias entre compradores e vendedores, “o Mercado” não é o que as pessoas fazem e pensam e como elas interagem quando elas compram e vendem, dão e tomam. Invés disto é uma concepção que as pessoas têm sobre uma forma idealizada de comprar e vender”⁷. Esta concepção é importante por que ela é invocada implícita ou explicitamente em diversos fóruns e por diversos atores, passando por várias esferas desde o governo e a academia e chegando ao cidadão comum. Estes debates envolvem muitas questões e refletem muitos interesses. Todos eles compartilham, contudo, a crença de que uma dado modo de compra e venda, a do mercado livre, beneficia econômica, política e socialmente todos os envolvidos.

Segundo esta lógica, transferir para a iniciativa privada atividades tradicionalmente desempenhadas pelo Estado, de modo a expor os produtos e serviços destas atividades estatais à dinâmica do mercado, é bom e natural. Esta crença de que o mercado reflete o que é natural e, portanto, bom legitima as políticas governamentais que não apenas alteram o arranjo da sociedade, mas também perturbam a vida das pessoas. Utilizada como um discurso, esta concepção expressa valores e pressupostos que, a um só tempo, constroem e reforçam o apelo popular que envolve a idéia de mercado livre ao apresentá-lo como uma proteção contra um estado intrusivo, e portanto uma garantia da liberdade individual; um instrumento capaz de permitir aos compradores utilidade e satisfação maiores do que eles poderiam obter de alguma outra forma; uma fonte de eficiência, garantindo a mais racional alocação de recursos; e um motor para o crescimento econômico e prosperidade pessoal.

O modelo de livre mercado assenta-se em e expande alguns pressupostos básicos, profundamente enraizados na cultura ocidental em geral e na cultura norte-americana em particular. O primeiro destes pressupostos é o de que o mundo consiste apenas de indivíduos livres. Esta crença implica dizer que estes indivíduos livres são a única fonte e juízes de seus próprios “desejos” e que eles não estão sujeitos a nenhuma restrição exceto aquelas a que eles submetem-se voluntariamente.

Nesta visão, além do indivíduo, não há uma estrutura imperativa, nenhum arcabouço moral definitivo, ou arbítrio de

⁷ CARRIER, J. Preface. In: Carrier, J. (Ed.). *Meanings of the market: the free market in western cultures*. Oxford: Berg, 1997. pp. VII-XV

ordem geral. De fato, nesta visão inexistente a noção de público, ou melhor, ela existe apenas no sentido estatístico do agregado de escolhas e ações individuais. Associada a este individualismo está a idéia de que as razões por que as pessoas desejam algo são irrelevantes. O importante é o desejo do indivíduo de ter algo, com o corolário de que ele deve ter o que deseja se ele pode pagar, ou seja, a noção de programas sociais e solidariedade não se encaixam neste modelo dada a “liberdade” que todos os cidadãos tem e serem “bem-sucedidos” tirando do Estado a responsabilidade de tentar equilibrar a balança da desigualdade social.

2. O conservadorismo evangélico e a vida da criança pobre

Pergunta-se então, haja vista em apertada síntese alguns fatos e fatores incubadores e subjacentes ao Neoliberalismo e suas ramificações, que relação há com a religião, aqui recortada como conservadorismo evangélico, e a vida do necessitado, v.g., a criança pobre?

A lógica intrínseca desta pergunta nos remete a uma resposta que pode ser indicada com um fluxo indicado pela seguinte sequência: Se o Neoliberalismo adota o Mercado Livre que não se importa com a vida dos pobres com dignidade, a saber a existência danosa de projetos sociais, indicando diretamente a causa disto o aumento de impostos, tratando os que são contrários a este modelo como “comunistas”, no mesmo diapasão, a ala conservadora evangélica que é contra o aborto e os movimentos de gênero, v. g., também classificam os defensores do tema de “comunistas”, logicamente e congruentemente, no limite, ocorre uma aliança tácita com estes dois grupos que, em primeira instância, não apresentam nada em comum.

Porque tratamos da criança pobre? Simplesmente pelo fato que a criança “não-pobre” não sofrerá as agruras dos efeitos do mercado, pois está blindada pelo próprio sistema.

Traremos à baila, para fins didáticos, a discussão do aborto, v. g., para entendermos a lógica (ou os silogismos) que permeiam as discussões sobre a dignidade da criança pobre no tema que estamos propondo.

O aborto é um dos assuntos mais polêmicos do momento, não só no Brasil como em muitos países do mundo como nos Estados Unidos. As igrejas católicas e evangélicas são as que mais se

posicionam contra a prática afirmando que a vida começa na concepção e que, portanto, o aborto é um assassinato.⁸

O Pastor Evangélico Silas Malafaia⁹ se posiciona sobre o tema da seguinte maneira: “Sabe quais as diferenças entre um óvulo fecundado e um bebê? O tempo de vida, o tamanho e a forma, o desenvolvimento e o tipo de nutrição”, explica. Malafaia também refuta a afirmação de quem defende o direito da mulher interromper a gravidez indesejada por ter direito ao seu próprio corpo: “O feto não é uma extensão da mãe. Embora precise do útero dela e tenha uma relação simbiótica com ela, o feto é um ser independente. Logo, ela não tem o direito de tirar-lhe a vida. Além disso, nenhum ser humano tem o poder absoluto sobre o seu próprio corpo. Nós não temos o direito, assegurado por lei, de pôr fim à nossa vida. Se assim não fosse, suicídio e eutanásia não seriam criminalizados”.

Outro Pastor evangélico que também se alinha com Malafaia, o então Senador Magno Malta¹⁰, se posiciona concernente à audiência sobre descriminalização do aborto, durante discurso, dirigiu-se diretamente à ministra relatora, ao dizer que Rosa tem a oportunidade de devolver a matéria ao parlamento, “já que não cabe ao STF”. “O feto não é um dedo, mas é uma vida. O feto é a vida.

Num corte epistemológico, e intencional, vemos um censo da ONU, relatando que existem no mundo cerca de 150 milhões de crianças de rua no mundo.

Abandonadas, descartadas, rejeitadas e jogadas fora: mais de 150 milhões de crianças em situação de rua em todo o mundo sofrem grandes privações e violações de direitos, com pouca ou nenhuma consideração dada ao seu maior interesse”, disseram as especialistas. Essas crianças estão escapando da pobreza, de moradias inadequadas, famílias desestruturadas, violência doméstica, desalojamento, desastres naturais, conflitos e guerras. Elas tomam as ruas porque não há outro lugar para onde ir. Uma vez nas ruas, elas sofrem discriminação e estigmatização.¹¹

⁸ Disponível em <https://www.gospelprime.com.br/silas-malafaia-contra-aborto/>, acesso em 12 de janeiro de 2019 às 21:50;

⁹ Pastor e presidente da Assembleia de Deus Vitória em Cristo e apresentador do programa Vitória em Cristo

¹⁰ Pastor evangélico e Senador pelo Espírito Santo, até fevereiro de 2019;

¹¹ Disponível em <https://nacoesunidas.org/abandonadas-e-descartadas-mais-de-150-milhoes-de-criancas-vivem-nas-ruas-alertam-especialistas-da-onu/>, acesso em 12 de janeiro de 2019, às 22:00;

Ora, e retornando a parágrafo pretérito passado, se o que está em debate é o corolário de direto à vida do nascituro e, porquanto, conceito primeiro é este.

Assim, porque não se preocupa ou se discute a situação das crianças de rua, a saber: Pobre?

Há um silogismo claro. Ou se defende a vida do que vai nascer e também do que já é nascido, ou não se defende a vida do que vai nascer, tampouco da criança viva. (sic)

O Papa Francisco em sua mensagem para o 1º Dia Mundial dos Pobres, 19 de novembro de 2017, escreveu:

Não pensemos nos pobres apenas como destinatários duma boa obra de voluntariado, que se pratica uma vez por semana, ou, menos ainda, de gestos improvisados de boa vontade para pôr a consciência em paz. Estas experiências, embora válidas e úteis a fim de sensibilizar para as necessidades de tantos irmãos e para as injustiças que frequentemente são a sua causa, deveriam abrir a um verdadeiro encontro com os pobres e dar lugar a uma partilha que se torne estilo de vida. Na verdade, a oração, o caminho do discipulado e a conversão encontram, na caridade que se torna partilha, a prova da sua autenticidade evangélica. E deste modo de viver derivam alegria e serenidade de espírito, porque se toca palpavelmente a carne de Cristo. Se realmente queremos encontrar Cristo, é preciso que toquemos o seu corpo no corpo chagado dos pobres, como resposta à comunhão sacramental recebida na Eucaristia. O Corpo de Cristo, repartido na sagrada liturgia, deixa-se encontrar pela caridade partilhada no rosto e na pessoa dos irmãos e irmãs mais frágeis. Continuam a ressoar de grande atualidade estas palavras do santo bispo Crisóstomo: «Queres honrar o corpo de Cristo? Não permitas que seja desprezado nos seus membros, isto é, nos pobres que não têm que vestir, nem O honres aqui no tempo com vestes de seda, enquanto lá fora O abandonas ao frio e à nudez» (Hom. in Matthaëum, 50, 3; PG 58).¹²

O Discurso moral e utópico ao invés da práxis, se torna bem mais confortável e fácil que cuida do necessitado.

¹²Disponível

em

<

<https://noticias.cancaonova.com/especiais/pontificado/francisco/mensagem-papa-francisco-para-o-dia-mundial-dos-pobres-2017/>>, acesso em 12 de janeiro de 2019, às 22:10;

3. O discurso da sacralidade da vida

Atualmente, o princípio da sacralidade da vida é questionado em diversos ambientes sociais, como, por exemplo, na mídia, na escola, na universidade e demais centros de ensino superior, no direito, na medicina, na ciência, na tecnologia e até mesmo em ambientes religiosos. Com frequência afirma-se que este princípio está ligado apenas a uma interdição puritana cristã¹³ ou simplesmente a preconceitos religiosos¹⁴.

Durante muitos séculos a vida social no Ocidente desfrutou de certa tranquilidade ética. E essa tranquilidade foi produzida, em grande parte, pelo princípio da sacralidade da vida. De acordo com Brustolin, este princípio afirma que a vida é propriedade de Deus e, por isso, o ser humano é um mero administrador¹⁵. O princípio da sacralidade da vida vê a vida como um presente de Deus ao ser humano e que este não dispõe absolutamente da vida, mas deve preservá-la, resguardá-la desde a concepção até a morte natural.

O Papa João Paulo II, na encíclica *Evangelium Vitae* – que será citada por meio da sigla EV – apresenta, com grande fundamentação filosófica e teológica, o princípio da sacralidade da vida. Para ele, a vida humana é uma realidade sagrada¹⁶, pois desde a sua origem, supõe a ação criadora de Deus e mantém-se para sempre numa relação especial com o criador, seu único fim¹⁷. Por isso, a vida humana é inviolável em cada momento da sua existência, inclusive na fase inicial que precede o nascimento¹⁸. Entretanto, a dignidade da vida humana não está ligada apenas às origens, à sua proveniência de Deus, mas também ao seu fim, ao seu destino de comunhão com Deus no conhecimento e no amor dele¹⁹.

No século XIX, o que antes era uma extravagância de filósofos passou a ser uma postura adotada pela elite econômica e cultural. Com isso, a razão produzida pelo Iluminismo se tornou quase que a única forma do homem ocidental formular seus pensamentos. A

¹³ROCHA, Fernando José da. *O aborto, o Estado e políticas populacionais*. In: Revista de Filosofia Política, Nova Série 2, abril, 1998, p. 167.

¹⁴GOMES, Edlaine de Campos; MENEZES, Rachel Aisengart. *Aborto e eutanásia: dilemas contemporâneos sobre os limites da vida*. In: *Physis, Revista de Saúde Coletiva*, v. 18, n. 1, 2008, p. 7

¹⁵BRUSTOLIN, Leomar Antônio. A vida: dom e cuidado. In: *Revista Trimestral*, v. 36, n. 152, jun, 2006, p. 446

¹⁶ EV, n. 2.22

¹⁷ EV, n. 53

¹⁸ EV, n. 40.61.71

¹⁹ EV, n. 38

consequência desse processo é que o questionamento sobre o princípio da sacralidade da vida aumentou e tornou-se uma política oficial da elite dirigente do Ocidente. Já no século XX, especialmente na segunda metade desse século, as diversas facções que compõem a classe média incorporaram em seu estilo de vida a razão produzida pelo Iluminismo e, por conseguinte, o questionamento sobre o princípio da sacralidade da vida tornou-se quase um lugar comum na sociedade ocidental. Nedel afirma que a partir da década de 1970 o princípio da sacralidade da vida perde consenso e que, por isso, [...] viu-se que era possível propor outras cosmovisões²⁰. É por causa dessa possibilidade que se torna necessário revisitar a relação entre o princípio da sacralidade da vida e o aborto.

Considerações Finais

Enfim, que ligações há entre as teorias e modelos econômicos, aqui tratado, *in fine*, o Neoliberalismo, com a dignidade da pessoa humana, *in casu*, a criança pobre?

O que se quis ressaltar nesta apertada síntese sobre o tema é se chamar a atenção para os erros lógicos adotados nas diversas posições sobre o tema e se atentar para a sutil aliança existente entre a economia e a teologia que andam mais perto que se propaga. Temas de economia estão e refletem na religiosidade de um povo, tanto quanto se percebe que a economia é um fim em si mesmo.

A idolatria do mercado, bem como suas propostas para o “bem comum” perpassam por dogmas e crenças religiosas mais comumente que se imagina.

Dentro das atuais estruturas sociais é possível pensar uma relação entre sacralidade e a vida humana. Mesmo que essa sacralidade seja secular ou leiga como é o caso da sacralidade presente no movimento ecológico. Além disso, a sacralidade clássica, oriunda do pensamento filosófico grego e da religião, não está superada ou descartada. Ela ajudou a construir as bases culturais e éticas do Ocidente e, atualmente, pode contribuir decisivamente para que o ser humano recupere a dimensão da amplitude da existência e da dignidade humana.

Referências

²⁰NEDEL, José. *Ponderações sobre sacralidade e qualidade da vida*. In: *Cultura e Fé*, Ano 23, out/dez, 2000, p. 38 e 39

AMIN, A. Placing globalization. *Theory, culture and society*, v. 14, n. 2, pp. 123-137, 1997.

BELLUZO, L. G. *Globalização, estado e capital financeiro*. In: Carrion, R. E. Vizentini, P. (Orgs.), *Globalização, neoliberalismo, privatizações: Quem Decide Este Jogo?* 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998. pp. 53-60.

BLOCK, F. *Postindustrial possibilities: a critique of economic discourse*. Berkely: University of California Press, 1990.

BOURDIEU, P. *Distinction: a social critique of the judgment of taste*. London: Routledge & Kegan Paul, 1984.

_____. *Acts of resistance: against the new myths of our time*. Cambridge: Polity, 1999.

BROWN, S. *The free market as salvation from government*. In: CARRIER, J. (Ed.), *Meanings of the market: the free market in western cultures*. Oxford: Berg, 1997. p. 99-128.

CARRIER, J. Preface. In: Carrier, J. (Ed.). *Meanings of the market: the free market in western cultures*. Oxford: Berg, 1997. pp. VII-XV.

_____. Introduction. In: CARRIER, J. (Ed.), *Meanings of the market: the free Market in western cultures*. Oxford: Berg, 1997. pp. 1-67.

CARRIERI, A. *O fim do “mundo telemig”: a transformação das significações culturais em uma empresa de Telecomunicações*. Belo Horizonte: Cepead/Face/UFGM, 2001. (Tese de Doutorado)

DIMAGGIO, P.; Powell, W. *The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields*. *American Sociological Review*, v. 48, pp. 147-160, 1983. Dore, R. Goodwill and the spirit of market capitalism. *British Journal of Sociology*, v. 34, pp. 459-482, 1983.

DURKHEIM, E. *The division of labour in society*. London: Routledge & Kegan Paul, 1984. Eells, R.; Walton, C. *Conceptual foundations of business*. Homewood, Ill: Richard D. Irwin, Inc., 1961.

GIDDENS, A. *Affluence, poverty and the idea of a post-scarcity society*. *Development and Change*, v. 27, pp. 365-377, 1996.

OHMAE, K. *The borderless world*. New York: Collins, 1990.

_____. *The end of the nation state*. New York: Free Press, 1995.

PARKER, B. *Evolution and revolution: from international business to globalization*. In: Clegg, S.; Hardy, C.; Nord, W. (Eds.), *Handbook of organizational studies*. London: Sage Publications, 1996. pp. 485-506.

PITELIS, C. *Transnationals, international organization and deindustrialization*. *Organization Studies*, v. 14, n. 4, pp. 527-548, 1993.

SOMBART, W. *The quintessence of capitalism*. London: T. Fischer Unwin, 1915.

THUROW, L. *The future of capitalism: how today's economic forces shape tomorrow's world*. New York: Penguin Books, 1996.

VILLINGER, R. *Post-acquisition managerial learning in central east Europe*. *Organization Studies*, v. 17, n. 2, pp. 181-206, 1996.

VIZENTINI, P. (1998) *A "globalização" e os impasses do neoliberalismo*. In: Carrion, R. E Vizentini, P. (Eds.), *Globalização, neoliberalismo, privatizações: quem decide este jogo?* 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998. pp. 34-52.

WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1967.

WEISS, L. *The myth of the powerless state*. New York: Cornell University Press, 1998.

WILLIAMSON, O. *Markets and hierarchies*. New York: The Free Press, 1975.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

ZILLES, Urbano. *Despenalização do aborto*. In: *Teocomunicação*, Porto Alegre, v. 20, n. 90, dez, 1990, p. 303-309.

ZILLES, Urbano. *A sacralidade da vida*. In: *Teocomunicação*, Porto Alegre, v. 37, n. 157, set, 2007, p. 337-351.

GOMES, Edlaine de Campos; MENEZES, Rachel Aisengart. *Aborto e eutanásia: dilemas contemporâneos sobre os limites da vida*. In: *Physis, Revista de Saúde Coletiva*, v. 18, n. 1, 2008, p. 1-13.

DUARTE, Luiz Fernando Dias; GIUMBELLI, Emerson. *As concepções de pessoa cristã e moderna: paradoxos de uma continuidade*. In: *Anuário Antropológico*, n. 93, 1994, p. 77-111.

BRUSTOLIN, Leomar Antônio. *A vida: dom e cuidado*. In: Revista Trimestral, v. 36, n. 152, jun, 2006, p. 441-460.

LOPES, Adriana Dias. *Aborto on-line*. In: Veja, 06/08/2008

ROCHA, Fernando José da. *O aborto, o Estado e políticas populacionais*. In: Revista de Filosofia Política, Nova Série 2, abril, 1998, p. 151-172.

NEDEL, José. *Ponderações sobre sacralidade e qualidade da vida*. In: Cultura e Fé, Ano 23, out/dez, 2000, p. 34-43.

JOÃO PAULO II, Papa. *Evangelium vitae*. São Paulo: Paulinas, 1995.

MORI, Maurício. *A moralidade do aborto*. Brasília: Editora UnB, 1997.

MATURANA, Humberto. *Ontologia da realidade*. Belo Horizonte: EDUFMG, 1997.

JUNGES, José Roque. *Bioética*. Perspectivas e desafios. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

CASTRO, Mariângela C. Vicente. *A dignidade da pessoa humana como fundamento do Estado democrático de direito*. In: *Omnia Humanas*, v. 1, n. 1, jan/jun, 2008, p. 58-67.